

A abordagem da temática ambiental nos TCCs do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Piauí

An approach to the environmental issue in final degree projects in the course of social communication, specialized in journalism, at the Federal University of Piauí

Denis Barros de Carvalho¹, Elinara Soares Barros de Sousa¹ e Orlando Maurício de Carvalho Berti². 1. Universidade Federal do Piauí (Brasil) e 2. Universidade Estadual do Piauí (Brasil)

Resumo

A formação superior que leve em consideração as questões ambientais é uma preocupação que tem como consequência pesquisas sobre o tema. E diante da importância que os meios de comunicação possuem na formação da opinião pública, esta pesquisa tem como objeto fazer uma análise de como a temática ambiental vem sendo abordada nos Trabalhos de Conclusões do Curso (TCCs) de Comunicação Social/habilitação em Jornalismo da Universidade Federal do Piauí. Foram analisados os TCCs produzidos no ano de 2001 ao primeiro período de 2014, totalizando trezentos e sessenta e dois trabalhos. Após a análise, pode-se afirmar que a escolha pela temática de um TCC é influenciada pela forma como o tema é trabalhado durante a graduação e os dados obtidos demonstram que o interesse pela temática ambiental é muito pequeno, apresentando aproximadamente 2,5% dos trabalhos defendidos no período de 14 anos. Com isso, percebe-se que é necessária mudança na formação de profissionais de jornalismo no Piauí, sendo necessário um incentivo quanto à temática que não pode ser esquecida, baseando-se no fato que a problemática ambiental é cada vez mais ponto de discussão e consequentemente os meios de comunicação como suporte para divulgação dessa problemática precisa de jornalistas sensíveis a esse tema.

Astract

Higher education that takes into account environmental issues is a concern that has as consequence researches about this matter. Considering the importance that the media have in shaping public opinion, this research has the purpose to analyze how environmental issues are being addressed in Social Communication/Journalism Final Degree Projects at the University Federal do Piaui. The Final Projects analyzed were produced between 2001 and the first semester of 2014, totaling three hundred sixty-two works. After the analysis, it can be said that choosing a theme for a Final Project is influenced by how the topic is worked during graduation, and the data shows that interest in environmental topics is very small, with is about 2.5% of works defended in a period of 14 years. Thus, we can see that changes are needed in the formation of professional journalists in Piaui, requiring an incentive on the subject that cannot be overlooked, based on the fact that the environmental problem

is increasingly point of discussion, and consequently the media, as support for dissemination of this problem, needs journalists sensitive to this theme.

Palavras chave

Educação Ambiental. Educação Superior. Jornalismo. Formação de Jornalista.

Key-words

Environmental Education. Higher education. Journalism. Journalist formation. UFPI.

Introdução

As ações dos seres humanos sobre o meio ambiente têm causado impactos negativos na natureza e, por isso, há uma preocupação mais evidente na sociedade sobre a importância da discussão da temática ambiental e as consequências causadas pela utilização desenfreada dos recursos naturais em busca de um desenvolvimento que leva em consideração somente as questões econômicas.

Diante disso, os meios de comunicação de massa possuem papel significativo nas discussões levantadas sobre essa temática. E como forma de contribuir, mais do que analisar os produtos resultados da profissão do jornalista, é importante apreender como esses profissionais são formados pelas Instituições de Ensino Superior (IES).

No Brasil, a formação do profissional de jornalismo voltou a ser pauta de discussão a partir da publicação da Resolução nº 01, de 27 de setembro de 2013, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Jornalismo, que deixa de ser uma Habilitação do Curso de Comunica-

ção Social. Além disso, a Lei Federal nº 9.795/1999 traz em seu artigo 3º, parágrafo IV os meios de comunicação de massa como instrumento do processo educativo, sendo incumbido de “*colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação*”.

A sensibilização através da educação ambiental ultrapassa os limites da sala de aula. LEONARDI (2005, p. 397) afirma que a educação ambiental pode ser classificada em relação ao espaço de atuação como formal, não-formal e informal. Por isso, perceber como se dá a formação desses profissionais é de suma importância para se buscar a mudança na atuação dos meios de comunicação sobre tema meio ambiente.

Diante desse contexto, foi realizada uma análise quantitativa quanto à abordagem da temática ambiental nos Trabalhos de Conclusões do Curso (TCCs) de Comunicação Social-habilitação em Jornalismo da Universidade Federal do Piauí (curso de Jornalismo mais antigo do estado do Piauí, que fica no Nordeste do Brasil e é uma das unidades federativas mais pobres do país),

produzidos do ano de 2001 ao primeiro período letivo de 2014, totalizando trezentos e sessenta e dois trabalhos analisados.

Além disso, sentiu-se a necessidade de destacar também os trabalhos que trataram sobre a formação dos profissionais de jornalismo, como forma de perceber se a própria formação está sendo abordada nos Trabalhos de Conclusão de Curso.

O interesse pela temática se deu a partir da mudança das Diretrizes Curriculares Nacionais em Jornalismo, que deixa de ser uma habilitação do curso de Comunicação Social.

No Brasil, a partir da publicação da Lei Federal nº 9.394, de 20 de novembro de 1996, que estabelece as novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foram extintos os currículos mínimos e estabelecidas as diretrizes curriculares.

O estabelecimento de diretrizes deu maior autonomia às universidades para a elaboração dos currículos dos cursos de graduação em comparação ao que era permitido através do currículo mínimo, sendo assegurada às universidades no artigo nº 53 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de novembro de 1996, a atribuição de *“II – fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes pertinentes; III – estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão”*.

Segundo FONSECA (2013, p. 169) *“as diretrizes têm como princípios, metas e objetivos garantir ampla liberdade às instituições de ensino na composição das unidades de estudo e na organização da carga horária a ser cumprida para a integralização curricular”*.

Diante disso, com o estabelecimento das diretrizes curriculares dos cursos superiores, houve uma maior liberdade para as universidades elaborarem os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), sendo estabelecidas somente regras gerais.

A partir desse contexto nacional, este artigo é parte de uma pesquisa sobre a ambientalização curricular dos cursos de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo oferecido por universidades públicas (Estadual do Piauí e Federal do Piauí) no estado piauiense, Nordeste do Brasil.

Cabe ainda destacar que em uma análise de ambientalização curricular é importante uma percepção da IES como um todo, considerando o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão.

Meio Ambiente e Comunicação

As interferências antrópicas sobre a natureza se dão a partir do momento em que o

homem modifica de alguma forma o meio em que vive. Intervenções como a construção de um prédio, o desmatamento de uma floresta ou a derrubada de uma única árvore são ações que causam impactos ambientais.

Segundo ADISSI e ALMEIDA NETO (2013, p. 7), *“o impacto deve ser entendido como uma alteração no valor de um determinado parâmetro ambiental ao longo do tempo, com relação ao seu valor, caso nenhuma atividade humana tivesse sido realizada”*. Com isso, pode-se perceber que esses impactos ambientais se caracterizam pela ação humana sobre a natureza, podendo ser negativos ou positivos.

Diante disso, a partir da década de 60 do século XX a visão de recursos naturais ilimitados foi sendo modificada. Percebe-se a formação de movimentos sociais e discussões críticas sobre a relação ser humano e meio ambiente, sendo realizada uma crítica sobre a utilização desses recursos naturais e do modo de produção capitalista.

Pode-se destacar entre os movimentos dessa época o movimento verde, um dos mais radicais em suas críticas à influência do ser humano nos recursos naturais, pois, segundo GIDDENS (2010), esse movimento tem como princípio a não intervenção humana na natureza.

A questão ambiental passou a ser discutida também em conferências e reuniões,

tais como a chamada Clube de Roma, realizada em 1968. Uma das questões trazidas pelo Clube de Roma foi a implicação do desenvolvimento econômico realizado pelo modo de produção capitalista, que desconsidera os recursos naturais. Dennis L. Meadows sintetizou as discussões do Clube de Roma no livro *Os Limites do Crescimento*, em 1972.

Pode-se perceber uma ampliação dessas discussões, que perpassou também na relação meio ambiente e educação.

Segundo LUSTOSA, CÂNEPA e YOUNG (2003, p.144), a educação ambiental se constitui atualmente como um instrumento que busca

[...] conscientizar e informar os agentes poluidores e as populações atingidas sobre diversos temas ambientais, como os danos ambientais causados, atitudes preventivas, mercado de produtos ambientais, tecnologias menos agressivas ao meio ambiente, e facilitar a cooperação entre os agentes poluidores para buscar soluções ambientais.

A educação se destaca como importante área que possibilita mudanças nos diversos setores sociais. Segundo Leonardi (2005, p. 398), *“a educação ambiental tem sido constantemente vinculada, tanto em documentos como nas práticas, à formação da cidadania e à formulação de valores éticos e morais, individuais e coletivos, necessário para a continuidade da vida no planeta”*.

É necessário construir uma nova relação do ser humano com a natureza, onde possibilite uma convivência harmoniosa, sendo necessária uma crítica ao formato de crescimento econômico capitalista que destacaram sociedades cada vez mais individualistas e exploradoras (LEONARDI, 2005).

LEONARDI (2005, p. 397) afirma ainda que a classificação da educação ambiental com atuação como formal, não-formal e informal são categorias que não se excluem e “às vezes, é mesmo difícil identificar se certa atividade ou projeto enquadra-se na categoria formal, não-formal ou informal”.

Durante esse processo, os meios de comunicação de massa não ficaram de fora das discussões trazidas por esses movimentos e correntes teóricas, tendo uma participação significativa desde então. Foi possível perceber que as questões ambientais entraram na agenda das mídias, principalmente durante a existência de fatos significativos, tais como a Conferência de Estocolmo, a Convenção da Biodiversidade (ECO-92) ocorrida no Rio de Janeiro no ano de 1992 e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20) ocorrida em 2012 novamente na cidade do Rio de Janeiro. Segundo BECK (apud JACOBI, 2005, p. 386), o tema da sustentabilidade entra em confronto com “paradigma da sociedade de risco”, implicando na

necessidade da multiplicação de práticas sociais pautadas pela ampliação do direito à informação e de educação ambiental numa perspectiva integradora. Trata-se de potencializar iniciativas a partir do suposto de que maior acesso à informação e transparência na gestão dos problemas ambientais urbanos pode implicar uma reorganização de poder e autoridade (JACOBI, p. 386-387).

E é a partir desse maior acesso à informação que se analisa a atuação dos meios de comunicação de massa sobre a temática ambiental, já que esses meios possuem grande destaque na vida da sociedade. Por isso, é normal incluir os meios de comunicação como instrumentos capazes de agir mais efetivamente na mudança ou não dos mais diversos setores sociais, sendo possível conscientizar a sociedade quanto à importância do meio ambiente.

Os meios de comunicação de massa trabalham com discursos que são construídos socialmente, por isso, a defesa de uma mudança na forma como o meio ambiente é tratado na mídia se dá pelo fato de ser pelos e nos discursos que se constroem, reproduzem e modificam as representações do mundo e as identidades, bem como as relações sociais em jogo, em cada situação de comunicação vivida. FERNANDES (2001) afirma que “a influência dos meios leva a humanidade a tomar conhecimento dos problemas ambientais e a procurar rediscutir os seus modelos de desenvolvimento e de atuação no meio ambiente”.

Diante dessas questões, a relação entre meios de comunicação e meio ambiente foi sendo posta na legislação criada no Brasil. Na Constituição Federal, promulgada em 05 de outubro de 1988 pôde-se perceber uma preocupação por parte dos legisladores originários com o meio ambiente ao dedicar um capítulo às questões ambientais.

No capítulo VI, que trata *“Do Meio Ambiente”*, em seu art. 225, estabelece o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Para tanto, institui que cabe tanto ao poder público quanto à sociedade o dever de defender e preservar o meio ambiente. E em seu inciso VI, incube ao poder público *“promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”*. Com isso, a educação é destacada como fator importante no estabelecimento de políticas públicas na Carta Magna.

Na década de 1990 foi elaborada uma lei de suma importância para a legislação e legitimação da educação ambiental: Lei Federal nº 9795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Em seu Art. 1º a educação ambiental é posta como *“processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo,*

essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

A PNEA destaca na educação ambiental o seu caráter essencial e permanente, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades, de caráter formal e não formal.

Pode-se fazer um paralelo entre educação ambiental e os meios de comunicação a partir da percepção do art. 3º, inciso IV da PNEA, na qual destaca os meios de comunicação como instrumento encarregado de desenvolver uma educação ambiental ao *“colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação”*.

Nessa perspectiva, os meios de comunicação aparecem como aparelhos não formais de educação ambiental, sendo uma importante ferramenta por atingir um grande público ao mesmo tempo.

Trazendo toda essa discussão sobre jornalismo para a questão da temática ambiental tratada pelos meios de comunicação, CAMPOS (2006, p. 413-414) afirma que há responsabilidade do jornalista para a obtenção de um ambiente sustentável, mas também é necessário que haja *“uma responsabilidade social da área acadêmica que tem a missão de preparar melhor os jornalistas que vão tratar da questão am-*

biental. Do contrário, eles chegarão despreparados aos seus locais de trabalho [...]”.

Diante dessa afirmação, pode-se perceber que CAMPOS (2006) defende a responsabilidade da formação do jornalista no desenvolvimento de sua profissão. A responsabilidade social do jornalista é vinculada ao papel do jornalista como guardião do cidadão.

Felipe PENA (2013) traz uma “categoria” de jornalismo que ele denomina “*jornalismo de resistência*”, fazendo uma clara distinção entre este e o jornalista de mercado.

Para PENA (2013, p. 168), “*resistência consiste na aplicação prática de preceitos ligados à função social da profissão. Ou seja, resistir à concepção mercadológica de jornalismo*”.

Com isso, pode-se afirmar que a questão ambiental deve ser tratada a partir do papel social do profissional de jornalismo, sendo necessário um posicionamento quanto às questões ambientais, pois o ser humano não está alheio às consequências causadas pelos impactos ambientais negativos.

É a posição de jornalista cívico que deve prevalecer nas coberturas jornalísticas sobre o meio ambiente, na qual a objetividade deve ser atenuada, a missão é a melhoria da vida pública, em que o jornalista assume um papel ativo e de um ator político. Assim, nada mais, nada menos,

termina sendo uma forma de se fazer Jornalismo.

Formação de jornalistas

A universidade exerce um papel de suma importância na formação cidadã através da transmissão e construção de conhecimentos. Pode-se afirmar, com isso, que seu principal papel é a de formação de profissionais qualificados para atuarem em diversas áreas, além de dar uma formação cidadã, sendo consideradas não apenas questões técnicas de cada profissão, mas a atitude do ser humano na sociedade.

MARCOMIN e SILVA (2007) vão além e afirmam que a universidade é um lugar-chave para o preenchimento das lacunas causadas por um processo educativo deficiente.

Diante disso, é necessária uma formação ambiental nas universidades, para que os profissionais levem em consideração essa dimensão em sua vida através de suas escolhas enquanto profissional e que possa transmitir esse saber a outras pessoas.

Segundo MARCOMIN e SILVA (2007, p. 3-4), a universidade brasileira é tradicionalmente composta por três pilares fundamentais como atividade fim: Ensino, Pesquisa e Extensão e sobre a inter-relação entre essas colunas afirmam que “*alguns autores consideram que elas estão indis-*

soluvelmente ligadas e sua ação deverá ser mutuamente inclusiva”.

Quanto à forma de estudar a biodiversidade, SACHS (2002, p. 31-32) defende que *“necessitamos, portanto, de uma abordagem holística e interdisciplinar, na qual cientistas naturais e sociais trabalhem juntos em favor do alcance de caminhos sábios para o uso e aproveitamento dos recursos da natureza, respeitando a sua diversidade”*. Com isso, ter um olhar sobre a formação dos jornalistas é necessário para refletir, a partir das mais diversas áreas de conhecimento, sobre as ações do homem no meio ambiente, assumindo uma visão holística do problema e não tratá-lo de forma fragmentada.

Segundo MORIN (2006, p. 13),

Há inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre os saberes separados, fragmentados, compartimentados entre disciplinas, e, por outro lado, realidades ou problemas cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais, planetários.

A formação do profissional de jornalismo não é um assunto pacífico. TRAQUINA (2004, p. 77), citando Leonor O’BOYLE, afirma que antes da imprensa de massa o jornalismo não era vista como uma profissão com “direito próprio”, mas como uma iniciação para o exercício de outras carreiras. Posteriormente, foi necessário um processo de profissionalização do jornalismo a partir do ensino.

MARCONDES FILHO (2009, p. 68) afirma que a formação universitária não ajuda muito o profissional que está no mercado de trabalho, pois normalmente há uma defasagem nas instituições de ensino quanto ao que se tem no mercado. Para o autor, a formação serve como um “respaldo psicológico”, mas que isso não dá vantagem na prática aos profissionais.

Quando a questão é a formação jornalística e a regulamentação da profissão no Brasil, episódios como a criação de um curso superior em Jornalismo; o decreto-lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre a profissão do profissional de jornalismo; e a criação código de ética dos Jornalistas brasileiros atingiram diretamente a profissão e ainda hoje trazem desdobramentos na sociedade. Pode-se afirmar que os episódios mais recentes foram a queda da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão, em 2009, pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e aprovação das novas diretrizes curriculares dos cursos de Jornalismo, através da Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013.

No Brasil, a discussão sobre a formação de profissionais de jornalismo foi evidenciada ainda mais em 2013 com a publicação da Resolução CNE/CES nº 01/2013, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo.

As novas diretrizes curriculares publicadas trazem como uma das competências ge-

rais do profissional de jornalismo a compreensão e valorização, a partir de uma perspectiva histórica e social, entre outras coisas o desenvolvimento sustentável.

No entanto, as mudanças ocorridas no curso de formação em jornalismo não é consenso. A Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (ENECOS) se posicionaram contra a mudança nas Diretrizes Curriculares.

Segundo o relatório entregue pela comissão de especialistas (2009, p. 1), esta foi nomeada com a “missão de repensar o ensino de Jornalismo” brasileiro, considerando as alterações ocorridas na sociedade e buscou cumprir sua missão utilizando como metodologia “*ouvir preliminarmente a sociedade*”. Isso foi concretizado através da realização de três audiências públicas que buscou abranger todos os agentes dos processos jornalísticos (academia, mercado e usuários): a primeira audiência foi realizada no Rio de Janeiro e envolveu a comunidade acadêmica; a segunda foi realizada na cidade de Recife, em que a comissão buscou “ouvir” a comunidade profissional; e a última foi realizada em São Paulo em que foram ouvidos os representantes da sociedade civil organizada.

Além das três audiências realizadas, foi possível também a participação dos cidadãos através de consulta pública no portal

do Ministério da Educação que possibilitou o envio de sugestões para os integrantes da comissão. Essas possibilidades de participação são defendidas pela comissão como um ponto positivo, considerando que foram ouvidos os agentes diretamente atingidos com as alterações. No entanto, pode-se argumentar que três audiências não foram suficientes para se obter a realidade distinta existente no país quanto ao assunto, considerando a extensão territorial do país e a concentração das audiências em duas cidades da região sudeste e uma na região nordeste, não sendo possível caracterizar como uma ampla participação de todos os agentes.

Um dos pontos levantados pela Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (ENECOS) no email enviado à Comissão Nacional de Educação (CNE), responsável pela alteração das diretrizes foi que a “constituição de três audiências públicas (Rio, São Paulo e Recife) para a formulação pública da proposta de NDJ (Novas Diretrizes curriculares para o curso de Jornalismo) não contempla nem 1% das escolas de comunicação existente no Brasil” (Parecer CNE/CES Nº 39/2013). Outro ponto também defendido pelos estudantes é a extinção da Comunicação Social como área de conhecimento, como consequência da separação da habilitação de Jornalismo da grande área.

Porém, MATTOS (2014) é favor das alterações e afirma que as mudanças ocorridas

se caracterizam como um consenso “*defendido pelas entidades da área*”.

Como justificativa para as mudanças propostas, a comissão destacou em seu relatório a crise que o jornalismo enfrenta no século XXI que teve como consequência da “revolução das fontes” (CHAPARRO, p. 43-58, 2001, apud Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação, p. 5), possibilitadas principalmente através dos avanços tecnológicos.

Pode-se perceber nas novas diretrizes uma preocupação com o meio ambiente ao incluir o termo desenvolvimento sustentável. Além disso, muito se fala sobre a importância dos meios de comunicação para a mudança de percepção da sociedade quanto aos problemas ambientais. No entanto, a formação que esses profissionais recebem nas Universidades do País é importante para a percepção crítica dos fatos e, conseqüentemente, para a elaboração do material jornalístico.

A temática ambiental nos TCCs

É possível perceber que a formação jornalística de nível superior do Estado do Piauí está limitada a duas cidades: Teresina e Picos. Com isso, podemos chegar à conclusão que há uma concentração e

carência de mais Instituições de nível superior para a formação do jornalista, o que acaba evidenciando um problema maior em relação à formação de profissionais tão importantes.

Atualmente estão em funcionamento cinco cursos de Comunicação Social/habilitação em Jornalismo no Estado, sendo ofertadas pelas seguintes instituições: Universidade Federal do Piauí (UFPI); Universidade Estadual do Piauí (UESPI), em dois campi Teresina e Picos; Centro de Ensino Universitário de Teresina LTDA (CEUT); e Faculdade R.Sá, na localizada na cidade de Picos.

O curso de Jornalismo da Universidade Federal do Piauí foi criado em junho de 1984 pela Resolução CONSUN/UFPI nº 01 de 29/11/1983 e teve a renovação de reconhecimento pelo Ministério da Educação através da Portaria nº 707 de 18/12/2013, DOU de 19/12/2013 com a denominação de Comunicação Social/habilitação em Jornalismo.

Ofertado em Teresina, capital do Estado do Piauí, um dos nove estados do Nordeste do Brasil, o curso está sediado no Centros de Ciências da Educação “Prof. Mariano da Silva Neto” (CCE), localizado no campus denominado Ministro Petrônio Portella.

A pesquisa foi realizada a partir da obtenção dos arquivos digitalizados de todos os

trabalhos, que estão disponíveis na hemeroteca do Departamento de Comunicação Social. Na tabela 1 é apresentada os dados quantitativos dos trabalhos, dividido a quantidade de trabalhos que apresentaram a temática por ano.

ANO	Quantidade de TCC	TCC que aborda a temática ambiental
2001	29	0
2002	32	0
2003	42	0
2004	31	0
2005	15	1
2006	18	0
2007	21	0
2008	18	2
2009	11	1
2010	24	2
2011	31	0
2012	28	1
2013	49	2
2014.1	28	0
Total	361	9

Tabela 1: Levantamento quantitativo dos TCCs da Universidade Federal do Piauí

Na análise realizada, pode-se perceber que somente nove trabalhos trataram diretamente da temática ambiental. Em 2005 um trabalho trata da do jornalismo ambiental, sendo realizada uma análise do conteúdo dos jornais impressos do Estado do Piauí.

O objetivo do trabalho apresentado em 2005 era de estabelecer um retrato da

atuação da mídia nas coberturas relacionadas ao meio ambiente. O trabalho trata especificamente sobre jornalismo ambiental. Com isso, percebe-se que há uma especificação do jornalismo que trabalha com a questão ambiental.

No ano de 2008 foram localizados mais dois TCCs que apresentaram a abordagem ambiental em seus temas. O primeiro fez uma análise das rotinas produtivas da produção de notícias sobre meio ambiente em um caderno do jornal impresso Meio Norte, um dos jornais de circulação no Estado.

A análise foi realizada no período de uma semana do jornal e utilizou a teoria do newsmaking para verificar como se dá a rotina no jornal analisado.

O segundo trabalho analisou as notícias sobre meio ambiente desenvolvidas pelo principal telejornal do Brasil, o Jornal Nacional. O objetivo foi perceber como é tratada a temática ambiental no telejornal de exibição nacional, buscando perceber quais interesses a cobertura atende a quais os aspectos que são destacados. Foi realizada uma análise de conteúdo como método de pesquisa.

No ano de 2009 foi realizada uma pesquisa sobre a relação entre meios de comunicação e meio ambiente, sendo realizado um estudo de caso: a abordagem do caso Serra Vermelha, área de mata nativa, nos jornais impressos do Piauí.

O trabalho teve como objetivo caracterizar como os Jornais O Dia, Meio Norte e Diário do Povo, os três principais jornais impressos do Estado, se comportaram no período de um mês em relação ao tema Serra Vermelha. Para a pesquisa, foram utilizadas a teoria da Agenda Setting e os estudos de Newsmaking, como forma de compreender o processo de produção da notícia. O trabalho também foi realizado através de análise de conteúdo.

Em 2010 foram realizados dois trabalhos. O primeiro foi um documentário televisivo sobre a questão da sustentabilidade na capital do Estado do Piauí. O documentário teve como objetivo abordar o conceito de sustentabilidade, analisar os problemas socioambientais da capital piauiense, expor conhecimento e técnicas que visem o desenvolvimento com responsabilidade ambiental e propor um maior debate sobre a temática.

Por se tratar de um documentário audiovisual, foram realizadas entrevistas com especialistas no assunto e os alunos que produziram tiveram a oportunidade de colocar em prática o que foi aprendido durante o curso.

O segundo trata diretamente sobre um acontecimento que teve consequências diretas no meio ambiente: o rompimento da barragem de Algodões I, que foi construído com o propósito de fazer o barramento das águas do rio Pirangi, tendo

consequência direta na cidade de Cocal da Estação, localizado ao norte do Piauí. O trabalho trouxe uma análise da cobertura jornalística nos jornais impressos O Dia e Meio Norte, sendo realizada uma análise de discurso comparativa dos dois jornais.

Em 2012 houve um trabalho que faz uma análise de discursos das notícias sobre o período em que as temperaturas na capital do Piauí estão mais elevadas, o denominado “B-R-O-BRÓ”. Foi realizada uma análise de discursos comparativas nos jornais impressos Diário do Povo, O Dia e Meio Norte durante os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro do ano de 2009.

Em 2013 dois trabalhos abordaram a questão ambiental em seus temas. O primeiro trata sobre a construção do meio rural em programas televisivos do Piauí. Mesmo sem trazer a palavra jornalismo ambiental ou o termo meio ambiente diretamente, pode-se perceber que a temática abordada está diretamente relacionada às questões ambientais, sendo realizada uma análise de discursos comparativa entre os programas Clube Rural e Piauí que Trabalha, que destacaram o problema de uma das piores secas do Piauí no final do ano de 2012.

O segundo trabalho produzido em 2013 trata sobre Jornalismo Ambiental, fazendo uma análise da revista impressa Exame, que possui circulação em todo o território

rio brasileiro. O trabalho traz à tona uma questão de suma importância: a relação jornalismo ambiental e marketing verde. Com isso, a análise é realizada para perceber a influência do marketing verde na editoria Sustentabilidade da revista supracitada.

Como resultados, o trabalho constatou que *“a categoria foco temático permitiu observar a sustentabilidade em um viés apenas econômico. A partir das empresas e de suas iniciativas verdes, a editoria posiciona as práticas e produtos considerados sustentáveis”* (MONTELES, 2013, p. 87).

Diante disso, é importante destacar que o jornalismo não pode ser confundido com marketing de empresa, pois deixa de ser jornalismo e passa a ser propaganda. No entanto, conforme foi percebido na análise realizada por MONTELES (2013) ainda existe a propaganda camuflada de jornalismo.

Na tabela 2 é possível verificar os títulos dos nove trabalhos de conclusão de curso que abordaram a temática ambiental.

No entanto, cabe destacar que na análise realizada foi possível perceber que a própria formação do profissional de jornalismo e o uso dos meios de comunicação relacionados à educação também foram abordados por alunos nos trabalhos de conclusão de curso. Na tabela 3 é apre-

Tabela 3: Levantamento quantitativo dos TCCs

ANO	TÍTULO
2005	Jornalismo ambiental: análise de conteúdo dos Jornais impressos do Piauí
2008	No Brasil, em horário nobre: o negócio da notícia Meio ambiente na pauta do jornal nacional
	Jornal Meio Norte-PI: as rotinas produtivas das Notícias ambientais do caderno "Theresina"
2009	Mídia e meio ambiente: O caso serra vermelha nos jornais piauienses
2010	Por uma Cidade Sustentável
	Uma tragédia anunciada: Estudo de caso sobre o rompimento da barragem algodões I
2012	As noções de b-r-o bró nos jornais diários de Teresina
2013	A construção discursiva do meio rural nos programas televisivos piauienses
	Jornalismo ambiental e marketing verde: uma análise da editoria sustentabilidade da revista exame

Tabela 2: Títulos dos trabalhos que tratam da temática ambiental

ANO	Quantidade de TCC	TCC que aborda a questão Comunicação e Educação
2001	29	2
2002	32	1
2003	42	3
2004	31	0
2005	15	0
2006	18	2
2007	21	1
2008	18	0
2009	11	0
2010	24	1
2011	31	0
2012	28	0
2013	49	0
2014.1	28	0
Total	361	10

sentada a quantidade de trabalhos que abordaram a formação do jornalista como tema central.

E partindo dessa constatação, a Tabela 4 apresenta os títulos dos trabalhos que trouxeram uma abordagem da relação comunicação e educação e que se voltou para a própria formação profissional.

A análise quantitativa mostra que aproximadamente 2,5% dos trabalhos de conclusão de curso realizados no período de 14 anos abordaram diretamente a temática ambiental.

Já quanto à relação comunicação e educação esse número aumenta para aproximadamente 2,8% dos trabalhos realizados.

Nos trabalhos produzidos, percebe-se a predominância de análise de jornais impressos e televisivos. Com isso, pode-se afirmar que não foram encontrados trabalhos que abordem a temática ambiental ligada à questão do rádiojornalismo e do jornalismo produzido na web.

Isso mostra um destaque de dois meios de comunicação tradicionais e uma deficiência de estudos em relação aos meios de comunicação não abordados.

ANO	TÍTULO
2001	Currículo de comunicação social: Inercia de treze anos
	A influência do estágio no processo de formação de um repórter foca
2002	Comunicação e educação: uma proposta de grade de programação para as rádios comunitárias de Teresina/pl.
2003	Rádio Universitária: Uma Concepção Educativa
	A influência da televisão no processo de formação do caráter da criança
	A interferência da televisão no processo Ensino-aprendizagem de alunos da 6ª série do Ensino fundamental da rede municipal de Teresina-Piauí.
2006	Trajetória e atuação dos egressos do curso de Comunicação social da universidade federal do Piauí
	Telejornalismo e educação: uma experiência em escolas Públicas de Teresina
2007	A utilização do jornal impresso como instrumento pedagógico no ensino médio do instituto Dom Barreto
2010	A influência da prática de estágio não-obrigatório na trajetória acadêmica do aluno do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Piauí

Tabela 4: trabalhos que tratam da temática ambiental indiretamente

Conclusão

A mídia atua como objeto histórico e como legitimador de ações sociais, ou seja, por mais que o público influencie os meios de comunicação, o público legitima o lugar de fala da mídia, que pode se utilizar desse destaque para conscientizar a sociedade

quanto aos problemas causados pelo humano ao meio ambiente ou simplesmente ignorar o assunto, assim como também pode atuar de forma negativa nessa conscientização.

Como pode-se perceber na análise realizada, a temática ambiental não possui número significativo de abordagem nos Trabalhos de Conclusão de Curso da UFPI. Isso pode ser consequência de questões como: falta de interesse por parte dos alunos quanto à temática ou falta de conhecimento dos alunos quanto à temática, considerando que durante todo o curso não existe uma disciplina específica que aborde esse tema.

Cabe destacar que a necessidade de se abordar o tema durante o curso para que haja mais interesse na temática e, consequentemente, no tratamento que é dado nos meios de comunicação. Pois é necessário a formação de profissionais sensíveis às questões ambientais.

Este trabalho não tem a pretensão de finalizar as discussões. Ao contrário. O que se busca é trazer o questionamento de como estão sendo formados os profissionais de Jornalismo no Brasil e como é feita a relação entre Comunicação e Meio Ambiente ainda durante a formação profissional.

Referências bibliográficas

- ADISSI, P. J.; ALMEIDA NETO, J. A. A. Conceitos básicos da gestão ambiental. In: *Gestão Ambiental de Unidades Produtivas*. São Paulo: Elsevier/Campus. 2013. (p. 01-18)
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Senado Federal: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012. 103p.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 23.12.1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. BRASIL. Lei nº 9795, de 27 de abril 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário oficial da república federativa do Brasil. Brasília, DF, 28 de abril de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm
- CAMPOS. P. C. Meio Ambiente: a sustentabilidade passa pela educação (em todos os níveis, inclusive pela mídia). Em *Questão*, Porto Alegre, v. 12, nº 2, p.387-419, jun/dez. 2006. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/42/14>>. Acesso em: 28/05/2014.
- FERNANDES, F.A.M. O papel da mídia na defesa do meio ambiente. *Revista Ciências Humanas – UNITAU*, v. 7, nº 2, 2001. Disponível em: <<http://site.unitau.br/scripts/prppg/humanas/download/opapelmidia-N2-2001.pdf>>. Acesso em: 18/05/2014.
- FONSECA, André Azevedo da. A pedagogia de Paulo Freire e o projeto pedagógico de Jornalismo. *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*, Brasília, v. 3, n. 13, p. 168-184, jul./out. 2013.
- GIDDENS, A. A política da mudança climática. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- JACOBI, P. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTE, Carlos (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez. 2005.
- LEORNADI, M. L. A. A educação ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual. In: CAVALCANTE, Carlos (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez. 2005.

- LUSTOSA, M.C.J.; CÂNEPA, E.M.; YOUNG, C.E.F. Política ambiental. In: MAY, P.A., LUSTOSA, M. C. VINHA, V.G (ORG.). Economia do meio ambiente: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- MARCOMIN, F. E.; SILVA, A. D. V. A universidade sustentável: alguns elementos para a ambientalização do ensino superior a partir da realidade brasileira. In: I Congresso Internacional de Educación Ambiental dos Países Lusófonos e Galicia. Anais. Santiago de Compostela: 24 a 27 de setembro de 2007.
- MARCONDES FILHO, C. Ser Jornalista: a língua como barbárie e a notícia como mercadoria. São Paulo: Editora Paulus, 2009.
- MATTOS, Sérgio Augusto Soares. Os desafios das novas diretrizes do Curso de Jornalismo. Entrevista especial com Sérgio Mattos. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/527399-os-desafios-das-novas-diretrizes-do-curso-de-jornalismo-entrevista-especial-com-sergio-mattos>. Acesso em 03/04/2015.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação, Portaria nº 203/2009, de 12 de fevereiro de 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf. Acesso em: 13 de maio de 2015.
- MORIN, E. Tradução: Eloá Jacobina. A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 12ª edição, 2006
- MONTELES, N. M. Jornalismo ambiental e marketing verde: uma análise da editoria sustentável da revista exame. Monografia. Universidade Federal do Piauí, Teresina: 2013, 97p.
- PENA, F. Teoria do Jornalismo. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Organização: Paulo Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- TRAQUINA, N. Teorias do Jornalismo: Por que as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.